



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLOS SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Segurança Pública

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Acesso a informação. Histórico de boletins de ocorrência. Concessão do acesso mediante justificativa, comprovação de identidade e assinatura de termo de responsabilidade quanto aos dados a serem protegidos. Inexistência de amparo legal para proibição de reprodução dos documentos acessados. Recomendação para existência de mecanismos de controle e segurança que evitem compartilhamento de dados protegidos. Provimento recursal condicionado.

DECISÃO OGE/LAI nº 126/2018

1. Tratam os presentes expedientes de pedidos formulados à Secretaria da Segurança Pública, números SIC em epígrafe, para acesso a cópias digitais dos históricos de boletins de ocorrência: (i) que tenham as palavras “facebook”, “deep web” ou “webcam”, de 2010 a 2017, e “cabify”, “99 taxi”, “easy taxi”, “lady driver” ou “uber”, de 2014 a 2017; e (ii) cujo local da ocorrência seja um hospital, nos anos de 2007, 2010, 2015, 2016 e 2017, uma igreja ou templo, nos últimos seis anos, e uma escola, em casos de tráfico de drogas, de 2011 a 2017.
2. Em respostas, a Pasta facultou o acesso do solicitante aos dados básicos das ocorrências, informando que os históricos encontram-se disponíveis para consulta mediante assinatura de termo de responsabilidade, justificativa e comprovação de identidade. Ante recurso com solicitação de cópias digitalizadas dos históricos, a Secretaria informou que o acesso aos mesmos é excepcional, que disponibiliza em seus computadores programas para realização de leitura de dados numéricos dos históricos e que a reprodução dos dados pode comprometer sua tutela. Inconformado com a resposta, o solicitante apresentou apelo revisional cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

3. Em síntese, o caso gira em torno da possibilidade de obtenção de cópias eletrônicas de históricos de boletins de ocorrência, documentação que pode conter dados pessoais, constituindo-se em hipótese excepcional de acesso condicionado a certas finalidades e mediante a observância de procedimento legalmente estipulado, nos termos do artigo 31, §3º, da Lei de Acesso à Informação.
4. O acesso aos documentos foi garantido pela Secretaria da Segurança Pública, com base no permissivo legal acima referido, por entender configurada a específica hipótese de concessão de acesso a informações pessoais, mesmo sem o consentimento pessoal, para a realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral: “Artigo 31: §3º O consentimento referido no inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias: II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem”.
5. A solução contempla o equacionamento realizado entre o direito à proteção da intimidade, impondo-se a preservação de dados pessoais, conforme o inciso X ao artigo 5º da Constituição Federal, em harmonia com o imperativo de transparência que rege a Administração Pública, segundo o artigo 37 da Carta de 88, além da norma do inciso XXXIII do artigo 5º, assecuratório do acesso à informação como um direito fundamental.
6. Assim, à luz do interesse público na realização de estatísticas e pesquisas científicas, cujo resultado pode favorecer a sociedade e ser útil ao Estado, concede-se o acesso, devidamente motivado, a informações pessoais sensíveis, apenas àquela pessoa autorizada, desde que previamente assuma esta a responsabilidade pela preservação e não divulgação do conteúdo sigiloso a ser acessado.
7. Ou seja, permite-se o acesso, mas nunca a divulgação do conteúdo protegido obtido, apenas sua utilização para a finalidade maior que o justifica, qual seja a realização de pesquisas e estatísticas gerais.
8. Contudo, a decisão favorável da Secretaria, ao ser executada, deparou-se com a seguinte situação fática: ofertou-se acesso em computador próprio, na sede da Pasta, sem possibilidade de extração de cópia eletrônica ou física, apenas visualização dos dados disponíveis e realização de anotações.
9. A razão recursal, portanto, reside na dificuldade alegada pelo pesquisador diante da restrição prática apresentada, a afastar o atingimento da finalidade autorizadora do modo excepcional de acesso.

5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

10. Regressando-se à dicção normativa, verifica-se que a Lei de Acesso à Informação faculta, na impossibilidade de imediato fornecimento dos documentos requeridos, acesso mediante comunicação de local e modo para sua obtenção, bem como à forma com que se poderá consultar, obter ou reproduzir a informação, nos exatos termos do artigo 11, §1º, inciso I e §6º.
11. Assim, é da literalidade da norma vigente o modo usual para a concretização do acesso: consulta, obtenção ou reprodução dos dados almejados, sem distinção ou modalidades distintas para cada qual.
12. A assinatura do Termo de Responsabilidade, no caso concreto em apreço, pelo requerente, é justamente o instrumento pelo qual se estabelece o comprometimento integral em proteger, não divulgar ou usar indevidamente as informações pessoais a que possa ter acesso, conforme o artigo 31, §2º, da Lei de Acesso à Informação.
13. Recorda-se ainda que o direito de acesso à informação, de acordo com o artigo 7º, inciso IV, da Lei, compreende o direito de obter informações primárias, íntegras, autênticas e atualizadas, não podendo se resumir a uma mera visualização dos documentos, sem possibilidade de reprodução ou extração de cópias, por ausente tal restrição do exposto texto legal, que afirmou igualdade entre consulta, obtenção e reprodução como modos possíveis de efetivação do acesso.
14. Por certo compreensível e louvável o esforço da Secretaria tutelar dos dados sensíveis em preservar e proteger aqueles sigilosos, por envolverem a esfera íntima de pessoas. Entretanto, a excepcionalidade do acesso, uma vez obtida pelo preenchimento dos requisitos legais em vigor, não encontra suporte jurídico para a criação de restrições adicionais, capazes de limitar o direito de acesso e reduzi-lo a uma mera visualização, com possibilidade cerceada de consulta e impedida a reprodução, tendo em vista a inexistência de fundamento legal a autorizar tal impedimento.
15. Anota-se, neste contexto, havendo requisição reiterada de acessos a informações pessoais sensíveis com base no artigo 31, §3º, inciso II, contidas nos históricos de Boletins de Ocorrência, parecer recomendável estudos da Administração com vistas à possível definição de procedimento de acesso remoto ao sistema de registro de boletins de ocorrência às pessoas autorizadas, mediante identificação individual intransferível, com uso de senha ou certificação digital, por exemplo, de modo a permitir consulta por meio da internet, de forma segura e controlada, aos documentos requeridos, evitando-se acesso por terceiros não autorizados, ou o fornecimento de cópia eletrônica em formato tecnológico que não permita sua reprodução, e também dotado de senha individual e intransferível.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

16. Ante o exposto, inexistindo dispositivos legais a restringir a reprodução ou obtenção de cópias dos documentos aos quais a Lei garantiu acesso, impõe-se **conhecer dos recursos** para, no mérito, **dar-lhes provimento**, do modo condicionado exigido pela legislação, com fundamento nos artigos 7º, inciso IV, 11, inciso I e §6º, e 31, §3º, inciso II, da Lei nº 12.527/2011 e 20, incisos I e IV, do Decreto Estadual nº 58.052/2012, observadas eventuais restrições de acesso aos documentos previstas em outras leis, devendo-se, nos termos do §2º do artigo 20 do aludido Decreto, adotar as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto na Lei, conforme esta decisão
17. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 12 de abril de 2018.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

MKL